



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000069720**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1037544-06.2024.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que é apelante CINTIA MARIA DA SILVA DE ALMEIDA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 16ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram a preliminar. Negaram provimento ao recurso da obreira. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIZ FELIPE NOGUEIRA (Presidente) E NAZIR DAVID MILANO FILHO.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

**JOÃO NEGRINI FILHO**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Apelação Cível nº 1037544-06.2024.8.26.0053**

**Apelante: Cintia Maria da Silva de Almeida**

**Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

**Comarca: São Paulo – 1ª Vara de Acidentes do Trabalho**

**Voto nº 35.675 – J.V.**

ACIDENTE DO TRABALHO – AUXILIAR DE PRODUÇÃO – MALES COLUNARES – NULIDADE DO DECISUM, VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA – INOCORRÊNCIA – RENOVAÇÃO DA PROVA PERICIAL MÉDICA, REALIZAÇÃO DE VISTORIA AMBIENTAL E OITIVA DE TESTEMUNHAS – DESNECESSIDADE - LAUDO MÉDICO PERICIAL CONCLUSIVO – AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO INDEVIDO – MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE IMPROCEDÊNCIA.

Preliminar rejeitada. Recurso da obreira desprovido.

Trata-se de ação movida por obreira alegando ter desenvolvido males colunares, em razão do desempenho das suas atividades laborativas como auxiliar de produção, restando reduzida sua capacidade laborativa, o que conduz à percepção de benefício acidentário.

A ação foi julgada improcedente (fls. 168/169).

Irresignada, apela a obreira alegando a nulidade do *decisum* em vista da violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que o MM. Juízo *a quo* indeferiu pedido de vistoria ambiental e de oitiva de testemunhas. Ainda, afirma ter comprovado todos os requisitos para a concessão de benefício acidentário, aduzindo que o laudo oficial possui inconsistências e está em desacordo com a realidade dos fatos. Pede, assim, o acolhimento do seu recurso para que seja desconsiderado o laudo médico oficial, com a renovação da prova pericial e a designação de vistoria ambiental (fls. 173/178).

O recurso não foi respondido (certidão - fl. 185).

**É o relatório.**

De início, esclareço que não é caso de nulidade da sentença, de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tampouco de renovação da prova pericial, realização de vistoria ambiental ou oitiva de testemunhas.

Isso porque o juízo, como destinatário da prova, não é obrigado a estender a instrução processual quando existirem nos autos elementos suficientes para a formação de sua convicção.

*In casu*, verifica-se que o laudo técnico realizado é claro, objetivo e apresenta conclusão coerente com os exames e documentos existentes nos autos, logo, desnecessária a renovação ou complementação da prova, inclusive a realização de vistoria *in loco* e a oitiva de testemunhas, como se constatará mais adiante.

Destaque-se, por fim, que a disposição do artigo 480 do CPC prevê a renovação da prova somente quando a matéria não parecer suficientemente esclarecida aos olhos do julgador, o que não é o caso dos autos.

Superada a preliminar, passemos ao mérito.

Alega a autora, na inicial, ter desenvolvido males colunares,

em razão do desempenho das suas atividades laborativas como auxiliar de produção. Ainda, menciona em anamnese ter sofrido um acidente típico: *“... se recorda de um episódio de 'travamento' de coluna lombar no ano de 2017 enquanto trabalhava para Nobile. Relata que durante jornada de trabalho foi pegar uma caixa pesada e ao movimentar o tronco, sentiu uma dor muito forte, tendo que largar o objeto no chão. Disse ter ido procurar por atendimento médico recebendo medicação injetável com melhora parcial do quadro. Após tal episódio, tem recorrentes crises de dores nas costas, o último em Abril de 2024. Relata ter feito fisioterapia com melhora.”* (fl. 107 - grifei). Como consequência, restou reduzida sua capacidade laboral, o que conduz ao direito à percepção de benefício acidentário. Não há CAT nos autos, tampouco houve concessão de benefício por incapacidade temporária pela alegada moléstia.

Na avaliação médica designada (fls. 104/127), valendo-se dos exames físicos e complementares existentes nos autos, o *expert* constatou que a obreira apresenta o seguinte quadro:

**"Coluna Cervical:**

*Pele íntegra, sem cicatrizes, ausência de assimetrias, deformidades ou cicatrizes ao longo da coluna vertebral;*

*Coluna cervical alinhada no plano horizontal com alinhamento preservado, simetria entre ombros e escápula, músculo trapézio normotrófico bilateral;*

*Musculatura trófica e bem desenvolvida da cintura escapular, sem contraturas;*

*Ausência de pontos dolorosos à palpação de região occipital, cervical baixa, trapézio, segunda costela (região esternal)*

*bilateralmente;*

*Amplitude dos movimentos da coluna cervical:*

*Flexoextensão: 130 graus (normal: 130 graus);*

*Rotação lateral: 80 graus à direita, 80 graus à esquerda  
(normal: 80 graus);*

*Inclinação lateral: 45 graus direita, 45 graus esquerda  
(normal: 45 graus);*

*Ausência de dor à palpação dos processos espinhosos da coluna  
cervical;*

*Sensibilidade: preservada em C5, C6, C7, C8 e T1*

*Força muscular grau V em membros superiores.*

***Reflexos:***

*- Reflexo de membros superiores: reflexos biceptal, triceptal e  
estiloradial presentes e simétricos bilateralmente*

***Testes específicos:***

*- Manobra de Spurling: negativo bilateral;*

***Coluna Lombar***

*Pele integra sem cicatrizes, pilificação normal. Curvatura lombar  
em lordose, sem alteração. Pele normocrômica, pilificação  
normal, ausência de sinais flogísticos;*

*Flexão lombar: 60 graus (normal: 40 a 60 graus);*

*Extensão: 30 graus (normal: 20 a 35 graus);*

*Rotação lateral: 10 graus (normal: 3 a 18 graus);*

*Inclinação lateral: 15 graus (normal: 15 a 20 graus);*

*Ausência de dor à palpação à palpação das cristas ilíacas,*

*espinhas ilíacas póstero-superiores e processos espinhosos da coluna lombar;*

*Musculatura paravertebral sem contratura, normotrofica;*

*Ausência de clonus;*

*Sensibilidade preservada em L1, L2, L3, L4, L5 bilateralmente, presença de hipoestesia em topografia plantar de pé direito S1 e S2;*

*Força muscular grau V bilateral. (Normal: Grau V bilateral);*

***Reflexos:***

*Reflexo Patelar: preservado bilateralmente;*

*Reflexo Aquileu: preservado bilateral;*

***Testes específicos:***

*Teste de elevação do membro inferior: negativo bilateral;*

*Manobra de Lasegue: negativo bilateral;*

*Sinal de Bragard: negativo bilateral;*

*Elevação do membro inferior contralateral: negativo bilateral;*

*Teste de Brudzinski: negativo bilateral;*

*Teste de Patrick/Fabere: negativo bilateral;*

*Teste de Hoover: negativo bilateral.” (fls. 108/109).*

E concluiu tratar-se de quadro médico sem nexo causal ocupacional comprovado, que não resulta em incapacidade laborativa:

*“Não há nexo comprovado.*

*(...)*

*Considerando o exame físico realizado, os exames*

*complementares analisados e os relatórios constantes nos autos, no momento da avaliação pericial, periciada não apresenta limitação funcional em nenhum dos segmentos corporais analisados que justifique incapacidade.*

*Para a coluna cervical e lombar não há sinais de limitação de flexoextensão, rotação, inclinação. Não há instabilidade articular, não há sinais ou sintomas de radiculopatia instalada, a marcha da periciada é normal, não há alteração de reflexos, não há alteração de sensibilidade e nem de força muscular.*

*Não há incapacidade.*

*(...)*

*O (a) periciado (a) é portador (a) de:*

*CID-10: TRANSTORNOS DOS DISCOS CERVICAIS (M50).  
OUTROS TRANSTORNOS DE DISCOS INTERVERTEBRAIS  
(M51) E DORSALGIA (M54).*” (fl. 119/120 - grifei).

As partes tiveram ciência do laudo e a autora o impugnou (fls. 134/136), contudo, não vieram aos autos elementos técnicos que pudessem infirmar as conclusões periciais.

Seguindo o entendimento da perícia técnica, o MM. Juiz *a quo* julgou improcedente o pedido.

E este entendimento não merece censura, pois o laudo oficial não diagnosticou incapacidade a ser indenizada, o que inviabiliza, por si só, a concessão de benefício acidentário.

Ainda, em que pese a documentação médica acostada aos autos, cabe esclarecer que esta não possui, por si só, o condão de infirmar as conclusões do *expert* de confiança do juízo, pois há elementos objetivos anotados no laudo médico oficial, como a ausência de sinais de limitação de flexoextensão, rotação e inclinação da coluna cervical e lombar, além da não presença de instabilidade articular e de sinais ou sintomas de radiculopatia instalada, que descaracterizam a presença de incapacidade para o labor.

Neste ponto, esclareço que a legislação acidentária somente se presta à indenização por incapacidade constatada, tendo inclusive a jurisprudência se firmado no sentido de não ser indenizável lesão/moléstia que não represente incapacidade ou que não traga consequência para o desempenho da atividade habitual do obreiro.

Ainda, como o laudo oficial afastou a existência de incapacidade laborativa, a realização de vistoria *in loco* e a oitiva de testemunhas são diligências desnecessárias e inconvenientes já que estas apenas auxiliariam na comprovação do nexo causal com a atividade laboral caso houvesse redução de capacidade para atividade habitual, o que não se observa no caso em tela.

Embora o magistrado não esteja adstrito à conclusão pericial, ela realmente merece ser prestigiada no caso em tela, pois o laudo encartado aos autos é claro, bem fundamentado e coerente, por isso deve ser acolhido como razão de decidir, não demandando a prova qualquer renovação ou complementação.



Enfim, para a concessão do benefício acidentário é de rigor a constatação do acidente ou o diagnóstico da doença, a caracterização do nexo causal com o trabalho e a efetiva incapacidade profissional. A ausência de qualquer destes requisitos inviabiliza o deferimento da reparação. No caso dos autos, não há incapacidade laborativa a ser indenizada, o que impede a pretensão deduzida.

**Pelo exposto, REJEITA-SE a preliminar, e NEGA-SE PROVIMENTO ao recurso da autora.**

**JOÃO NEGRINI FILHO**  
**Relator**